

Militarizar para controlar: a ofensiva neoliberal e conservadora na educação pública no Brasil

Bruna Weyll de Melo¹

Nilson Carlos Nascimento dos Santos²

Elis Cristina Fiamengue³

Resumo: Controlar vidas privadas, cercear liberdade de expressão, reprimir e marginalizar estudantes que desafiam normas de gênero estabelecidas? Seriam essas algumas das ações inconstitucionais que balizam a metodologia militarizada em escolas públicas brasileiras? O presente artigo tem como objetivo a análise dessa metodologia de militarização das escolas e sua simbiose com a concepção de educação neoliberal, o progresso do neoconservadorismo religioso fundamentalista e como esse tem sido objeto de análise profunda, considerando suas operações e alinhamentos com o intuito não apenas de excluir as discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade de gênero dos currículos escolares e dos planos de ensino, mas também de enfraquecer as conquistas obtidas pelos movimentos feminista e LGBTQIAP+. A metodologia aplicada para a construção deste artigo recorre à revisão de literatura que inclui: documentos oficiais, reportagens veiculadas em mídias contemporâneas, postagens em redes sociais, entre outros. Nos amparamos nessa discussão, identificando as características principais da agenda neoliberal e neoconservadora, Atílio Boron (1999), Eloisa Höfling (2001), Luiz Carlos Freitas (2018), Graziella Santos (2020) e Daniel Pereira Andrade, Mariana Côrtes e Silvio Almeida (2021). Mediante uma meticulosa análise das informações advindas das fontes supracitadas, emerge uma percepção reveladora acerca da interconexão dos discursos emanados de ambas as perspectivas, a saber, a neoliberal e a neoconservadora, que se entrelaçam de modo intrínseco e se entremesclam nos embates concernentes à intervenção nas políticas públicas educacionais. Esta coalescência de ideias culmina na edificação de narrativas enganosas, cujas ramificações suscitam e dão lugar aos pânicos morais, desencadeando um processo de exacerbação e disseminação do temor infundado na esfera educacional.

Palavras-chave: Militarização das escolas; Gênero e sexualidade; Neoconservadorismo.

¹Mestranda do Programa Mestrado Profissional em Educação (PPGE) pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - BA, Bolsista FAPESB. E-mail: bwmelo@uesc.br

²Mestrando do Programa Mestrado Profissional em Educação (PPGE) pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - BA, nascime2@hotmail.com

³Doutora em Sociologia, Professora Adjunta de Dep. de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz - BA, eliscf@gmail.com

A educação pública no Brasil sempre foi uma questão contraditória, envolta das disputas em torno de classe, raça/etnia e gênero. Sua transformação em direito social foi fruto da conquista de movimentos sociais organizados, que ampliaram sua oferta e sua concepção, sobretudo pós democratização na década de 1980, em que o debate em torno de uma educação gratuita, laica, de qualidade, oferecida para a maioria da população como dever do Estado estava em maior evidência, em contrapartida de uma proposta excludente e elitista.

Hoje os Princípios Fundamentais da Educação Nacional preconizados tanto na Constituição Federal de 1988 no artigo 206, quanto no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/1996, ou seja, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, gestão democrática do ensino público e consideração com a diversidade étnico-racial, da diferença e da inclusão, são valores muito caros, que ainda costumam a se consolidar na prática educativa nacional e se encontram constantemente ameaçados. Isso ficou evidente a partir de 2014 quando o Plano Nacional de Educação acabou sendo censurado das perspectivas de gênero e sexualidade⁴.

Controlar vidas privadas, cercear liberdade de expressão, reprimir e marginalizar estudantes que desafiam normas de gênero estabelecidas, são algumas das ações inconstitucionais que balizam a metodologia militarizada em escolas públicas brasileiras. Razões pelas quais essa política recebe denúncias de profissionais e especialistas da área, como professores e educadores, organizados em movimentos

⁴ Para saber mais indicamos a leitura de matéria publicada pelo grupo Ação Educativa.. Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/supressao-do-termo-genero-no-atual-pne-fomentou-censura-e-perseguiacao-nas-escolas/>> Acesso 14 mai. 2024

sociais, entidades de base ou sindicatos⁵, organizações não-governamentais (ONGs) e diversos grupos de defesa dos direitos humanos⁶.

Ainda em 2018 houve inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Federal⁷, para apurar as condições de aplicação da metodologia dos colégios militares em escolas municipais. No ano seguinte foi publicada a Recomendação Nº 04/2019 da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão vinculada ao Ministério Público Federal no Estado da Bahia, que recomenda, entre outras coisas:

[...] ao Comando da Polícia Militar do Estado da Bahia, para que se abstenha, imediatamente, de firmar ou colocar em execução novos acordos que resultem na aplicação da metodologia dos Colégios da PM em escolas públicas municipais nos termos em que vem sendo feito, por incompatibilidade com a Constituição Federal, convenções internacionais, leis e resoluções do Conselho Nacional da Educação, além de importar em violações múltiplas de direitos fundamentais de crianças e adolescentes. (RDC/BA/MPF, 2019, p.17)

Já em abril de 2019, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal produziu um Relatório intitulado “Militarização das Escolas Públicas: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais”, assinado por Gabriela Tunes da Silva, em que a autora explicita algumas das principais características desse processo de militarização.

Para Silva (2019) a militarização das escolas é uma barreira para autonomia pedagógica e de gestão, uma vez que ficam submetidas a regras elaboradas por

⁵ Exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Disponível em:

<<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/77078-ato-contramilitarizacao-de-escolas-e-mostra-de-projetos-saiba-como-foram-as-atividades-extra-debates-da-cnte-no-segundo-dia-de-conae-2024>> Acesso 14 mai. 2024

⁶ A exemplo do coletivo Professores contra a “Escola Sem Partido”. Disponível em:

<<https://profscontraesp.org/2019/10/14/4-argumentos-contramilitarizacao-de-escolas-publicas/>> Acesso em 14 mai. 2024

⁷ Ver mais em matéria no jornal Bahia Notícias. Disponível em:

<<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/226942-mpf-abre-inquerito-para-investigar-ensino-militar-em-escolas-publicas-na-bahia>> Acesso em 14 mai. 2024

profissionais da área de segurança que não passaram por formação pedagógica adequada. Outras questões levantadas no Documento são o aporte de recursos que recebem essas escolas em detrimento das escolas básicas, uma vez que vêm de fontes provenientes também das Secretarias de Segurança Pública e taxas “voluntárias” que são cobradas dos responsáveis (por meio também da compra do uniforme escolar) e “a exclusão das discussões sobre identidade de gênero nas escolas, contrariando, inclusive, pesquisas científicas mundialmente reconhecidas” (p.18).

O Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM)⁸, instituído em 2019 pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, foi um marco na política de militarização da educação no Brasil, uma vez que passou a ser a principal agenda para a educação básica naquele período. Inclusive, este projeto é responsável por inaugurar o próprio termo “Escolas Cívico-Militares” para se referir a escolas militarizadas, a partir da publicação do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019 que criou a “Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares”.

Antes disso a “nomenclatura Cívico-Militar nunca tinha sido utilizada para se referir ao processo de militarização das escolas”, o termo ajuda a consolidar um imaginário social em que a presença da polícia na escola ajuda “proporcionando um ambiente tranquilo e propício para que os civis, no caso os educadores, possam desempenhar a suas funções e fazer com que a escola cumpra seu objetivo: educar os seus estudantes” (Catarina Santos; Daniel Cara, 2020, p.187).

No dia 12 de julho de 2023 os canais de mídias em geral divulgaram a notícia⁹ de que o governo federal atual decidiu encerrar o Programa. Hoje a página de referência do site do Ministério da Educação (MEC) sobre o PECIM não existe mais, foi substituída pela página inicial do próprio MEC, onde pode-se ter acesso a matéria¹⁰

⁸ Disponível em: <[Jornal Correio | Bahia não adere a programa das Escolas Cívico-Militares do MEC](#)> . Acesso em: 09 jul. de 2023

⁹ Disponível em: <[Governo decide encerrar programa de escolas cívico-militares | Educação | G1](#)> . Acesso em: 27 jul. 2023

¹⁰ Disponível em: <[MEC destinou R\\$ 3,1 bilhões para segurança nas escolas](#)> . Acesso em: 14 mai. 2024

publicada sobre um investimento de R\$3,1 bilhões para segurança nas escolas através de Políticas Integradas de Proteção do Ambiente Escolar.

Mesmo assim, é importante salientar que, por mais que este projeto seja característico da concepção de educação mais alinhada aos interesses da extrema-direita, que ganhou maior notoriedade a partir das eleições de 2018, a militarização não se restringe aos estados adeptos a esta linha política e muito menos é novidade deste período, o que torna o objeto de análise ainda mais complexo. A Bahia, por exemplo, considerado como um governo estadual de caráter mais progressista, mesmo não aderindo ao PECIM, vem consolidando um projeto próprio de militarização na Rede Estadual de Ensino por meio do Sistema Escolar da Polícia Militar que instituiu os Colégios da Polícia Militar (CPMs) em escolas estaduais que atendem ao ensino médio, desde os anos 2000.

Ainda em 2018, ano eleitoral, o governador Rui Costa (PT) autorizou que os municípios, por iniciativa própria, pudessem aderir a esse “Modelo CPM” em seus programas escolares da rede municipal de ensino, por meio da implementação do Vetor Disciplinar. Medida formalizada a partir de um Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Comando da Polícia Militar e as prefeituras municipais. Processo este que tem feito a Bahia avançar no ranking de maior número de escolas militarizadas no país, segundo estudo de Catarina Santos e Miriam Alves (2022, p.12) “do conjunto das 240 escolas públicas militarizadas até 2019, temos 79 (32,92%)” (a maioria delas) no estado.

Levantamos, portanto, a questão: Como a militarização das escolas se insere na ofensiva neoliberal e conservadora em torno das disputas dos projetos de educação do Brasil?

O presente artigo tem como objetivo a análise dessa metodologia de militarização das escolas e sua simbiose com a concepção de educação neoliberal e o progresso do neoconservadorismo de caráter religioso e fundamentalista. Considerando suas operações e alinhamentos com o intuito não apenas de excluir as discussões sobre diversidade gênero e sexualidade dos currículos escolares e dos planos de ensino, mas

também de enfraquecer as conquistas obtidas pelos movimentos feministas e LGBTQIAP+¹¹.

Busca, pois, compreender como no cenário brasileiro a militarização da educação tem relação estreita com a aliança neoconservadora e neoliberal que articula uma agenda em torno de iniciativas políticas de controle e padronização curricular, principalmente nos anos finais do Ensino fundamental (Graziella Santos, 2020, p. 04).

Este trabalho, fruto dos estudos possibilitados graças ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGE/UESC), através do Mestrado Profissional, está dividido em duas sessões, além da metodologia e das considerações finais. A seção I traz alguns elementos do contexto político neoliberal e neoconservador em que se apoiam o projeto militarista e a seção II discorre sobre a “pedagogia militar” e como esta tem se desenvolvido como um aparato de controle sobre corpos e mentes de estudantes, professores (as) e em última instância das comunidades em que estão inseridas.

Metodologia

O caminho percorrido por este estudo parte de uma pesquisa de natureza qualitativa, bibliográfica e documental. Recorre à revisão de literatura para análise sobre militarização das escolas públicas, a relação com a concepção de educação neoliberal e o progresso do neoconservadorismo de caráter religioso e fundamentalista e como esse tem sido objeto de análise profunda, considerando suas operações, alinhamentos e objetivos.

Sob as perspectivas teóricas dos autores Atilio Boron (1999), Eloisa Höfling (2001), Luiz Carlos Freitas (2018), Graziella Santos (2020) e Daniel Pereira Andrade,

¹¹ A sigla LGBTQIAP+ se refere a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis, queers, intersex, assexuais, pansexuais. O indicador afirmativo "+", delineia um panorama diversificado de gêneros e orientações sexuais emergentes na contemporaneidade, as quais clamam por representação e reconhecimento.

Mariana Côrtes e Silvio Almeida (2021) são identificadas as características principais da agenda neoliberal e neoconservadora.

A revisão abarcou uma variedade de fontes, englobando documentos oficiais, coberturas jornalísticas veiculadas em plataformas midiáticas contemporâneas, bem como publicações em redes sociais, dentre outros recursos informativos. Seguida de uma análise do Decreto nº 10.004/2019 e da Portaria 2.015/2019 que instituíram o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), das "Normas de Condutas" e as "Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos", presentes no Manual das Escolas Cívico-Militares e sua relação com a implementação do Vetor Disciplinar na Bahia.

Contexto neoliberal e neoconservador

Quando falamos de projeto político de sociedade neoliberal, queremos destacar o neoliberalismo não só enquanto uma doutrina econômica, mas caracterizá-lo enquanto essa nova forma que compreende e organiza o modo de (re)produção capitalista. O neoliberalismo possui uma história de arbitrariedade para a conquista de seus objetivos e se fortalece por meio da "doutrina do choque"¹², da falta de perspectivas e do discurso de que é a única concepção possível de ser implementada. O seu marco inaugural é a ditadura de Pinochet no Chile, na década de 1970 e os governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher nos Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente, demonstrando a sua variabilidade a partir das diferentes nações e formações sociais em que se estabelece.

A concepção neoliberal de sociedade de "menos Estado e mais mercado" vigora, justamente, após a crise econômica de 1970, época de grande efervescência e

¹² Sobre este termo, sugerimos o documentário: A Doutrina do Choque (The Shock Doctrine) - Naomi Klein. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo> > Acesso em: 10 dez. 2022.

consolidação dos movimentos socialistas, comunistas e de descolonização ao redor do mundo. Momento em que a reestruturação do capitalismo se fortalece por meio da propaganda ideológica anti-comunista e das críticas ao keynesianismo, isto é, às políticas de “bem estar social”, que concebiam o Estado enquanto garantidor dos direitos sociais e que, para a retomada das taxas de lucro e do controle hegemônico, se faz necessário recolocar “o mercado” como o grande protagonista, “ressaltando os fundamentos do individualismo” (Höfling, 2001, p. 37).

Em consonância com essa perspectiva, Atilio Boron (1999) pontua o neoliberalismo enquanto uma “vitória ideológico-cultural, fruto de uma reestruturação regressiva” (Boron, 1999, p. 11), que tornou-se “senso comum”, por meio da absorção dos princípios do “livre mercado” enquanto princípios que devem organizar a sociedade. Esta ideia de “livre mercado” tem como características fundamentais: mercantilização de direitos e a concepção de ineficiência do que é estatal/público.

Há uma “naturalização” destes aspectos por meio das propagandas e da ideologia dominante, que fazem parecer que foram desenvolvidos de forma espontânea, mas não, fazem parte da “batalha de hegemonia no seio da sociedade civil” (Ibidem). Um dos maiores exemplos é a pauta da segurança pública, caracterizada pela repressão aos mais pobres, a indiferença dos mais ricos e o temor da população em geral, que tem como “resultado uma ditadura de facto dos capitalistas sobre os assalariados, quaisquer que sejam as formas sociais e políticas” (Idem, p. 21).

Este investimento na construção de um senso comum, favorável aos interesses neoliberais, tem como um de seus principais alvos, justamente, as escolas públicas no seu Ensino Fundamental. Por ser a etapa da educação de maior duração, além do seu caráter obrigatório e do público alvo ao qual é destinado: crianças e jovens oriundos das famílias trabalhadoras. Neste aspecto é preciso considerar que “a educação escolar, por sua vez, é o espaço privilegiado para imprimir a conduta social adaptada às lógicas do mercado” (Eliza Bartolozzi; Sue Ellen, 2020, p. 310).

No livro “Reforma Empresarial da Educação” Luiz Carlos Freitas demonstra como é perceptível que “no mundo neoliberal, a finalidade educativa da escola é vista como uma ‘oportunidade’ que o aluno tem para ‘competir’ – independentemente das suas condições de vida. Ele deve ser ‘resiliente’ na adversidade, pois daí advém o mérito” (2018, p.114). Essa visão completamente distorcida dos direitos sociais é consequência direta da “visão do liberalismo econômico, (que) uma vez adotada, fornece também as bases para explicar o ‘fracasso’ dos indivíduos” (Idem, p.115). Esse fracasso é, no fundo o

[...] impacto das desigualdades (que) atua mais dramaticamente na constituição das populações “diferentes” do padrão cultural urbano predominante nas elites e as quais não se enquadram nos requerimentos do “empreendedorismo” pessoal. A estas: a disciplina – dizem –, e nada mais importante do que submetê-las à disciplina já em sua formação escolar. (FREITAS, 2018, p.115)

Para Graziella Santos (2020), há uma aliança conservadora de matriz neoliberal que corresponde à "nova direita", a qual representa uma "ameaça aos processos democráticos e direitos sociais" (p. 03). Fazem parte desta grupos neoliberais, neoconservadores e populistas autoritários. Esta aliança, de certa maneira, sustenta-se de forma consciente (ainda que com aspectos e consequências inconscientes), por meio de estratégias, táticas, metas e planejamentos, adotadas por uma agenda política com fins na manutenção da sociedade de classe, do *status quo*.

No Brasil a década de 1990 foi marcada pela imposição neoliberal à recém democracia brasileira, que presenciou o projeto da “Constituição cidadã” de 1988 ser bastante alterado por meio de Emendas Parlamentares¹³. E um conjunto de legislações que submeteram os interesses sociais aos interesses do mercado, abrindo mão das

¹³SILVA, Reinaldo Pereira. O neoliberalismo e a reforma constitucional, RESENHA ELEITORAL - Nova Série, v. 4, n. 1, 1997. Disponível em: https://apps.trt-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/revista-tecnica/edicoes-impresas/integra/2012/06/o-neoliberalismo-e-a-reforma-constitucional/index1eeb.html%3Fno_cache=1&cHash=6119cc57b75d4cb2e520399fedec508.html > Acesso 14 mai. 2024

principais empresas públicas em benefício de um projeto de desmonte do Estado e das políticas sociais¹⁴.

Nos anos 2000, mesmo com o posicionamento de um governo considerado progressista e de esquerda, na presidência, com o Partido dos Trabalhadores (PT), um dos maiores símbolos da resistência democrática durante e pós ditadura militar, as políticas públicas sociais ficaram limitadas a estrutura neoliberal consolidada nos anos anteriores, promovendo um conjunto de mudanças importantes, porém de impacto mais conjuntural que estrutural. Ou seja, mesmo que tenhamos avançado no combate e diminuição da pobreza e no número de matrículas oriundas das classes trabalhadoras nas universidades, continuamos um país de imensas desigualdades sociais estruturais decorrentes do colonialismo, racismo e patriarcado, com pouco desenvolvimento industrial em relação a sua capacidade de recursos e ainda refém do modelo agroexportador (Carvalho 2018).

O artigo “Neoliberalismo autoritário no Brasil” de Daniel Pereira Andrade, Mariana Côrtes, Silvio Almeida (2021) nos ajuda a entender a forma como este projeto de sociedade se desenvolve em nosso país.

Neoliberalismo pode ser definido como a construção política da sociedade conforme o modelo de mercado” [...] o Estado ajuda a construir a concorrência à qual ele próprio se submete, ganhando um novo objetivo: gerar condições de competitividade de modo a atrair investimentos de capital. (ANDRADE *et al.*, 2021, p. 01)

Seguindo este “princípio de racionalidade” o governo da população passa a ser para o mercado, este “modelo normativo de sociedade e de subjetividade” e “políticas públicas passam a incorporar dispositivos microeconômicos de mediação, avaliação e ranqueamento” (Andrade *et al.*, 2021, p. 02), orientados pelos pressupostos do que seria o “Estado avaliador” global.

¹⁴ Sobre esse assunto sugerimos TENDLER, Silvio. Privatizações a distopia do capital (2014). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=xJPCKjT0XXk> > Acesso em 13 mai 2024

A cidadania é submetida, assim, à lógica econômica, com os gastos sendo racionalizados conforme critérios de eficiência e retorno para o desenvolvimento e competitividade do país, e com as condicionalidades de acesso a direitos disciplinando os beneficiários na lógica empresarial do investimento em si mesmo. (ANDRADE *et al.*, 2021, p. 02)

Para isso são utilizadas "estratégias autoritárias", a nível global e local, que organizam uma gestão penal da pobreza e das questões urbanas, que resultam no encarceramento em massa, devido a criminalização e a construção da população pobre economicamente como inimigos internos (Andrade *et al.*, 2021). Como consequência observamos um "constante crescimento do braço penal" e ações que acabam "transformando as políticas sociais em políticas disciplinares" (Bruff, 2016; Dardot *Et Al.*, 2021; Harvey, 2008; Wacquant, 2021 *apud.* Andrade *et. al.*, 2021, p. 06). Em síntese: "a guerra econômica se vincula a uma guerra militar e policial em nome da segurança nacional contra todas as forças de resistência" (Idem, p. 08).

Quem são as forças de resistência? Todos os movimentos sociais democratizantes, sejam os de caráter "identitários", associativistas, socialistas, "reformistas" ou revolucionários, etc., que procuram efetivar a participação popular na construção de políticas públicas que fortaleçam, capilarizem e ampliem os direitos humanos e sociais, por meios de políticas públicas estatais e/ou governamentais. Daí a necessidade de, após a crise de 2008 no mundo e após golpe no Brasil, transformar as "políticas sociais em políticas disciplinares". Faz parte da dinâmica neoliberal aprofundar seu viés conservador em tempos de crise.

As estratégias neoliberais não se limitam a uma estruturação econômica, cujo intento é a desarticulação do Estado, a privatização de empresas estatais e serviços públicos, e a redução das redes de proteção social. Trata-se, antes, de um projeto de múltiplas faces que transcende a esfera econômica, alinhando-se não apenas com preceitos da moralidade judaico-cristã e do ultraconservadorismo religioso, mas

também com as hierarquias sociais, visando perpetuar as estruturas de dominação e exploração (tais como o racismo, patriarcado e a heteronormatividade).

Aqueles que transpõem os limites do binarismo de gênero, que se recusam a aderir a essa lógica e confrontam a hegemonia da heteronormatividade, enfrentam consequências devastadoras que incluem desqualificação, ostracismo e, em casos extremos, a perda da própria vida. As estatísticas revelam que o Brasil liderou o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans em 2021,¹⁵ e também demonstram que, entre os anos de 2000 e 2021, 5.362 indivíduos LGBTQIAP+ perderam suas vidas em decorrência do preconceito e da intolerância. Esses números alarmantes desnudam a brutalidade infligida aos corpos dissidentes e sublinham a necessidade premente de implementação de políticas públicas de proteção direcionadas a esse segmento da sociedade, bem como de políticas educacionais que abordem questões de gênero e sexualidade.

O caráter neoliberal e neoconservador do Estado brasileiro foi enfaticamente destacado em virtude do desdobramento do golpe de Estado, perpetrado com o intuito de destituir a presidenta Dilma Rousseff. Este processo, que se encontrava em gestação desde o ano de 2014, contou com respaldo do empresariado nacional, da influente bancada ruralista e do segmento evangélico parlamentar, evidenciando a aliança de interesses alinhados entre os princípios neoliberais e neoconservadores.

Num artigo veiculado pelo portal Brasil de Fato em 2019¹⁶ a ex-chefe de Estado Dilma Rousseff afirma que "o cerne do golpe visava alinhar o Brasil à agenda neoliberal, a qual, por quatro pleitos presidenciais consecutivos, fora rejeitada nas urnas". O afastamento da presidente, portanto, foi o mecanismo adotado pela ala política de direita, insatisfeita com as derrotas eleitorais sucessivas desde 2002, para, dentro dos

¹⁵ Informações derivadas do dossiê "Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021". Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2022

¹⁶ ROUSSEFF, Dilma. O Golpe de 2016: a porta para o desastre. Brasil de Fato. 2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff>>. Acesso em: 27 Dez. 2022.

limites legais institucionais, assumir o controle do poder e reintroduzir as pautas neoliberais na agenda política como prioritárias.

Ainda em 29 de outubro de 2015, foi lançado o programa neoliberal "Ponte para o Futuro", elaborado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), então liderado por Temer, e pela Fundação Ulysses Guimarães (Nascimento Dos Santos; Fiamengue, 2023, p. 330). Um plano catastrófico, que “começava com a flexibilização de leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de gastos com a saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário mínimo” (Laura Carvalho, 2018, p. 97).

Além das iniciativas de privatização, inseridas no contexto de medidas arbitrárias e políticas públicas alinhadas ao neoliberalismo que se delineavam à época, foi promulgada a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que estabeleceu a limitação dos investimentos em saúde e educação por um período de vinte anos. Esta emenda, conhecida como PEC 241/55, ganhou notoriedade como a "PEC da morte", a qual foi bravamente combatida, sobretudo pelo movimento estudantil, durante os processos de ocupação das escolas e universidades, mas mesmo assim contou com a aprovação legislativa¹⁷.

Uma outra ação crucial nessa agenda foi a implementação da reforma do Ensino Médio, cujo processo teve início com a medida provisória de número 746/2016, posteriormente convertida na Lei 13.415 de fevereiro de 2017. Essa legislação estabeleceu uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com uma abordagem tendenciosa à redução e precarização, “cuja função é orientar a elaboração de testes padronizados, punir e premiar, gerando perdedores e ganhadores” (Freitas, 2018, p.130). Representando um retrocesso com mudanças substanciais na estrutura do Ensino Médio e também da educação básica como um todo, incluindo o Ensino Fundamental.

¹⁷ Ver mais na página do Senado Federal. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>> Acesso em 14 mai. 2024

[...] a proposta de uma base nacional comum curricular com habilidades socioemocionais, além de padronizar indevidamente este campo, também promove a legitimação das finalidades educativas vigentes no âmbito da sociedade atual (base para a decodificação das habilidades incluídas), sem uma discussão ampla e uma análise crítica. (FREITAS, 2018, p.114)

Esse processo de reorientação política governamental, que tem início em 2016, caracterizado por políticas intervencionistas de declarado cunho privatizante em detrimento da garantia dos direitos sociais, consolidou o caminho para a ascensão da "ultradireita" ao poder, concretizada com a investidura de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018. Com este governo essa concepção estatal adquire novas configurações que, além da persistência dos ataques aos direitos sociais, abarcam também as denominadas agendas dos costumes, atreladas aos preceitos de moralidade.

Neste contexto, o conceito de "ideologia de gênero" ressurgiu com vigor, ocupando um lugar central no debate público durante o período das eleições presidenciais, sendo amplamente promovido por Jair Bolsonaro, ainda como candidato. Durante sua cerimônia de posse à Presidência da República em 1º de janeiro de 2019, o recorte da sua fala: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”,¹⁸ demonstra o compromisso do presidente eleito em honrar uma das promessas feitas durante sua campanha: intensificar a vigilância contra a "ideologia de gênero", atendendo assim às exigências de sua base eleitoral conservadora.

Os ataques desferidos contra a educação que começaram durante o governo Temer refletem um processo político e ideológico de dismantelamento sistemático e agressivo, perpetuado de forma contínua com o respaldo de fundações e associações empresariais. É imprescindível destacar que a instituição escolar sempre esteve no alvo

¹⁸ BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>> Acesso em: 12 dez. 2022.

dos embates da extrema direita, visando o controle do ensino, a intervenção nos currículos, e a regulamentação dos comportamentos e dos corpos. Esse desígnio se consolida à medida que as dimensões pedagógicas, democráticas, culturais e inclusivas são fragmentadas por meio de políticas públicas reacionárias, promovidas, fomentadas e impostas pelo mercado e por setores religiosos ultraconservadores. Um exemplo interessante é a própria “Escola Sem Partido”¹⁹ (Santos; Pereira, 2018).

É neste contexto que se insere a proposta de militarização da educação, que vem sendo fortalecida desde a década de 1990, ganhando espaço nos anos 2000 e grande destaque, sobretudo a partir de 2018, como a política educacional pautada pela extrema direita a nível nacional e também apreciada por governos estaduais considerados de esquerda, como no caso da Bahia.

Quando estamos falando de escolas militarizadas nos referimos às instituições escolares civis públicas, vinculadas às secretarias distrital, estaduais e municipais de educação, que por meio de convênio com as secretarias de segurança ou polícia militar, passaram a ser geridas em conjunto com as polícias ou passam a contar com a presença de monitores cívico-militares. (CATARINA SANTOS *et al.*, 2019, p. 585)

[...] a militarização de escolas públicas, ao menos na década de 1990, foi uma forma precária que alguns governos estaduais encontraram para oferecer “escolas militares” a corporações estaduais que ainda não dispunham de escolas “diferenciadas” para seus filhos e dependentes. [...] em 2018, deixa de ser uma política que incide apenas sob as redes estaduais, pois passa a ser aplicada também em escolas municipais. [...] (CATARINA SANTOS; MIRIAM ALVES, 2022, p. 09)

Na Bahia, a política de militarização começa a partir desta demanda de “formação endógena das tropas e à promoção de políticas assistenciais aos militares, por meio de recursos destinados à segurança pública” (Santos; Alves, 2022, p. 07) o que possibilita a criação dos Colégios da Polícia Militar (CPM). Mas que passa a ser uma política de “militarização de escolas públicas civis por meio da “transferência da

¹⁹ Site oficial da campanha. Disponível em: < <http://www.escolasempartido.org/>> Acesso 14 mai. 2024

gestão” de diversas unidades escolares vinculadas às respectivas secretarias de educação para corporações militares” (Idem, p. 09-10). O que demonstra as “distintas configurações de militarização das escolas públicas” (Ibidem). Dois aspectos que ajudam a explicar essa expansão são:

[...] a militarização como moeda eleitoral, visando a agradar determinados setores conservadores em visível crescimento no país; e a militarização como política de repressão e controle social, tendo em vista o gradual crescimento dos movimentos sociais (com destaque para o movimento estudantil) a partir de meados de 2010, com o auge em 2013. [...] 2016: tendências políticas ultraconservadores e de extrema direita. (CATARINA SANTOS, 2021, p. 14)

A militarização e o controle dos corpos

O Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que envolve o Ministério da Educação e da Defesa, instituiu o Programa das Escolas Cívico Militares (PECIM) enquanto uma das principais políticas públicas do governo federal para a educação, ampliando de maneira nunca vista, a já conhecida experiência das escolas militarizadas. O PECIM elegia como territórios prioritários regiões com situações de vulnerabilidade social e baixos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Por isso, quando falamos da militarização das escolas estamos falando de todo um território militarizado, o qual a “disciplina” e a “segurança” que vêm junto com a administração militar vão muito além dos muros da escola. Sobretudo porque no Brasil “a Polícia é o braço armado do estado e tem, historicamente, sobreposto-se aos demais braços ou setores da sociedade” (Catarina Santos, 2021, p. 10).

Este Decreto diz ter como princípios a promoção da qualidade da Educação Básica, o desenvolvimento de um ambiente escolar “adequado” a partir de uma “gestão de excelência”, o fortalecimento dos valores humanos e cívicos, bem como a indicação de “boas práticas” e a igualdade de acesso. E como objetivos, destacamos, a redução da

evasão escolar, repetência e abandono, com ênfase no acesso, permanência, na aprendizagem e equidade e na redução da violência.

Em novembro de 2019 foi publicada a Portaria nº 2.015/2019, assinada pelo então ministro da educação Abraham Weintraub, que tem por objetivo regulamentar a implantação do PECIM em 2020. Neste, é estabelecido como ideal o mínimo de 12 monitores por escolas, a exclusão do turno noturno no projeto, bem como um apoio técnico resumido à implantação do Manual das Escolas Cívico Militares.

O objetivo do Manual das Escolas Cívico-Militares é “permitir a gestão de excelência das ECIM nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, contribuindo para a educação integral, a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos e para a melhoria da Educação Básica do Brasil” (Brasil, 2020, p. 02).

O Manual que apela, entre outras coisas, para as normas de comportamento de estudantes e uma rígida uniformização que tem como base uma rigorosa distinção de gênero, é constituído do Regulamento das Escolas, o modelo do Projeto Político-Pedagógico, o modelo do Projeto a ser desenvolvido em torno dos Valores, uma Cartilha de duas páginas para pais e responsáveis e sete diferentes Normas para orientar o apoio pedagógico, a avaliação, a psicopedagogia, a supervisão, a gestão administrativa, a conduta e atitudes (estudantis) e o uso de uniformes e de apresentação pessoal de Alunos.

Por meio das Normas de Conduta e Atitudes o regime militar busca evitar a existência do “não enquadramento” e tem como finalidades: “aprimorar as relações interpessoais no ambiente escolar e garantir os direitos fundamentais das crianças, dos adolescentes e dos jovens”; “Regular o grau de comportamento dos alunos” e “Discriminar os recursos e as recompensas”, classificando comportamentos e especificando medidas educativas para estes fins, que devem ser considerados “instrumento a serviço da formação integral do aluno” (Idem p. 05-06).

Conforme o Manual, as “Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos” orientam aspectos fundamentais, em que os uniformes “trazem

consigo ensinamentos que tentamos transmitir aos nossos alunos, como o cuidado com a higiene, a boa aparência, a sociabilidade, a postura, entre outros”, é um “elemento formativo na vida do aluno e é um dos símbolos da Ecim” e um “divulgador da imagem da escola” (Idem, p. 04).

Estes uniformes carregam o padrão militar dos brasões e são diferenciados entre masculino e feminino, os primeiros usam calça e as segundas usam saia. São responsáveis também por criar identidade e pertencimento não só em estudantes, mas também em suas famílias e responsáveis, que são encarregados de zelar por eles, junto com a boa aparência representada pelos cortes de cabelo e penteados padrão, o controle dos adereços e de demais aspectos que possam diferenciá-los (as) em sua diversidade. O que o Manual nos evidencia é:

[...] como nas escolas ‘civis’, públicas ou privadas, gênero e sexualidade vêm se constituindo como elementos de vigilância, disciplina e controle dos corpos, dando continuidade a sistemas de regulação sociais que estabelecem as possibilidades e os limites para sujeitos de acordo com o gênero. (SILVA; CASTRO, 2021, p. 267)

O motivo de destacarmos as características fundamentais do PECIM é pelo seu caráter nacionalizador de uma prática que já vinha acontecendo em alguns estados e que ganha importância pelo seu nível de capilaridade e sua ambição em transformar a militarização da educação pública na principal política para a educação básica. Porém, a política de militarização de escolas não se encerra neste programa, já extinto.

Na Bahia, por exemplo, o Vetor Disciplinar é um modelo de militarização das escolas públicas municipais de ensino fundamental anos finais que vem sendo implantado desde março de 2018, a partir da autorização ao Comando da PM do governador, na época, hoje ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT). O projeto apesar de ter originado-se no estado, ainda antes do Programa Nacional, guarda similaridades com ele, sobretudo nos seus princípios, fundamentos, objetivos e normas.

Em matéria publicada pela BBC²⁰ também em 2018, sobre a implantação do Vetor Disciplinar chama atenção a estrutura do Regimento implantado junto com Vetor, que atende, em grande medida, o padrão descrito pelo Manual do PECIM. Para o capitão da PM Alexandre Matos, que assume a função de multiplicador do projeto nas cidades, a função do Vetor é oferecer "uma **bússola moral** para os estudantes". Francisco Lessa, secretário de Educação de Dias D'Ávila diz que mesmo não sendo a favor da militarização da educação "precisávamos tentar uma experiência diferente, porque era uma **situação emergencial**" em que a "violência nas escolas é reflexo de um enorme problema social e de **famílias desestruturadas**. Mas temos que tentar resolver na escola, e com esse programa temos pelo menos um norte." (grifos nossos).

Essa "desestrutura" à qual ele se refere, diz respeito ao paradigma predominante de estrutura familiar, enraizado a partir da ideologia burguesa, que é caracterizado pela hegemonia patriarcal, que impõe uma composição de família nuclear em conformidade com a heteronormatividade. Como resultado, qualquer arranjo familiar que se desvie desse padrão são reconhecidas como problemáticas, ou desajustadas e até mesmo sujeitas ao escrutínio social. A teórica social e política Melinda Cooper (2017) sustenta que seria equivocado presumir que o neoliberalismo atribui menos importância ao valor da família do que os conservadores. Ou seja, há um apelo moral, mas também econômico nesta perspectiva hegemônica, sobretudo no que diz respeito à manutenção da divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007).

Em artigo que trata a militarização da educação por uma perspectiva de gênero, Alexandre Bortolini nos chama a atenção para como "a militarização das escolas seria instrumento para a (re) instalação de uma série de dinâmicas sociais, econômicas e políticas "cuja restauração demandaria a redisciplinarização dos corpos, das subjetividades e do conhecimento" (2021, p.94), que se torna possível uma vez que o militarismo engendra historicamente

²⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45491630>. Acesso em: 5 jun. 2023.

[...] formas dominantes de representação do poder no Brasil, que definem a política como exercício autoritário e violento de um pequeno grupo de homens sobre grandes massas feminizadas e racializadas, cristalizando uma associação entre poder e masculinidade, com marcas evidentes de raça e classe [...] A associação entre masculinidade e atividades que demandem o exercício da autoridade ou da força é produto histórico, construída através de práticas sociais que vão, ao longo do tempo, consolidando essas representações e formando corpos, subjetividades e sistemas políticos a partir delas. (BORTOLINI, 2021, p. 95-97)

“Nesse sistema hierárquico, não há espaço para noções como liberdade de expressão ou pensamento crítico” (Idem, p. 96), ou seja, dentro desse sistema vigoram a tradição patriarcal de subordinação das mulheres e tudo que é considerado feminino e fora do padrão heteronormativo aos homens e suas “qualidades masculinas” de poder e força e qualquer outra forma exercício destas é rejeitado e subjugado:

Uma rejeição que se fundamenta em preceitos morais e religiosos que percebem a homossexualidade como desvio de caráter [...] é possível perceber o quanto ideias de integridade, coesão e eficiência das forças estão sustentadas em uma representação generificada da atividade militar que define o homem cisgênero heterossexual como o sujeito do militarismo [...] A masculinidade é a estética de poder que atravessa todos esses processos [...] Enquanto misoginia e homofobia operam como mecanismos de disciplinamento. (BORTOLINI, 2021, p. 99)

O apelo à proposta de uma “pedagogia militar” nas escolas públicas acaba por reforçar “o militarismo como cultura política” em que as “noções como hierarquia, disciplina, obediência, mérito e distinção” (Idem, p. 96), que fazem parte das instituições e da socialização militar, sejam naturalizadas e desejadas como dispositivos necessários à formação de uma juventude. Que deve ser restrita e resguardada, até mesmo rejeitar a participação política ativa e se comportar de maneira padronizada e obediente, para melhor ser vigiada dentro e fora do ambiente escolar.

A diversidade (cultural, étnico-racial, sexual e de gênero) que é sua característica fundamental, quando associada à pobreza e a vulnerabilidade social dos seus territórios

é considerada um aspecto perigoso, ameaçador, que necessita de controle (Miguel Arroyo, 2019).

Michele Gomes da Silva e Roney Polato de Castro (2021, p. 259-260) construíram um artigo através de notícias divulgadas nas mídias digitais e trabalhos acadêmicos envolvendo a militarização das escolas públicas que nos chama a atenção a “produção de silenciamentos e a ocultação de sujeitos e experiências LGBTQIAP+ [...] enquadramento de seus corpos, educando para a naturalização da experiência e do modo de vida heterossexual e cisgênero”.

Não só a vigilância em relação aos corpos, mas o silenciamento frente ao conteúdo que envolve gênero e sexualidade esteriliza a escola pública militarizada de sua função social como provedora de debates que promovam a cidadania, o pensamento crítico e a formação para o trabalho. Desta forma impede as reflexões acerca de identidades individuais e coletivas. O que intensifica a ofensiva “antigênero”, “anti ideologia de gênero”, que nada mais é do que a manutenção da sujeição de gênero patriarcal e racista característico da formação social brasileira, que historicamente seleciona corpos jovens negros, feminilizados e/ou dissidentes como perigosos, controláveis ou descartáveis.

Tudo isso amparado em preceitos morais como a falácia da chamada "Ideologia de Gênero", uma narrativa tendenciosa que parte do pressuposto de que os papéis tradicionais de gênero estão sendo desmantelados, que os valores familiares estão sendo corrompidos, que há uma hipersexualização das crianças e que a pedofilia está sendo incentivada, com o objetivo de desencadear um estado de pânico moral na população (Nascimento dos Santos; Fiamengue, 2024).

O sociólogo e autor sul-africano Stanley Cohen (2002), ao introduzir o conceito de "pânico moral", destaca que as sociedades passam periodicamente por momentos de pânico moral, nos quais uma condição, um evento ou um grupo de indivíduos emergem e são designados como uma ameaça aos valores e interesses estabelecidos. A mídia em

massa tende a retratar essa condição de forma estilizada e estereotipada, o que ajuda a enraizá-lo na sociedade.

É evidente que “seja pelo lado cognitivo, comportamental ou afetivo, todos os níveis da Educação Básica sofrem o impacto dessas políticas” (Freitas, 2018. p.12) que tem o objetivo, muitas vezes explícito de controlar política e ideologicamente o aparato escolar (Idem, p.138). Essas escolas militarizadas são “projetadas para civilizar as crianças” e tem como consequência a criação de “‘linha direta’ entre as escolas e as prisões” (Idem, p.117). O crime, na maioria das vezes, é não atender um padrão ideal, embranquecido, heteronormativo e elitista imposto como o horizonte de sucesso a ser alcançado por todos, mas que é construído só para a minoria.

Considerações finais

Até quando persistirá a manutenção do status quo, a perpetuação da subordinação de mulheres e meninas, o silenciamento das vozes LGBTQIAP+, e a negligência em relação aos estudos de gênero e às causas feministas? Tudo isso obscurecido por uma névoa de retórica fundamentalista desprovida de análise crítica, desprovida de fundamentação científica, frequentemente manipulada por certos grupos para ganhos políticos próprios.

Chegamos em 2024 com uma mudança conjuntural extremamente importante no país com a terceira vitória de Luís Inácio Lula da Silva para presidente junto ao PT em 2022. Já observamos medidas para recolocar o país na rota de um novo tipo de desenvolvimento a partir de valores mais sustentáveis. Dentro desse bojo a educação ainda tem muitos desafios para se colocar como um setor prioritário.

Apesar das transformações progressistas vivenciadas até aqui, a área da educação ainda se encontra extremamente alinhada aos interesses neoliberais, com a manutenção da Reforma do Ensino Médio e ainda que tenhamos tido a suspensão da

implementação do PECIM a nível nacional, ainda não temos a médio e longo prazo um planejamento no sentido de uma "desmilitarização" da educação como um todo.

Uma das características que este artigo quis mostrar é justamente o caráter estrutural desse processo de militarização das escolas públicas, que necessita de medidas urgentes, conscientes e estratégicas, que partam da adoção radicalizada da concepção democrática de educação, abrindo espaços para as conquistas científicas e políticas dos movimentos sociais.

É importante ressaltar que este estudo não pretende esgotar todas as dimensões e nuances relacionadas à militarização em escolas públicas brasileiras. As abordagens e áreas de pesquisa trazidas à tona neste artigo são apenas algumas das muitas perspectivas que podem ser exploradas para compreender melhor essa questão complexa e multifacetada. A militarização escolar é um tema que demanda uma análise contínua e aprofundada, considerando sua influência sobre diversos aspectos da vida escolar e da sociedade como um todo.

Há um longo caminho pela frente para que alcancemos o ideal de uma escola pública, democrática e diversa. Não faltarão movimentos de resistência, assim como os ataques também não cessarão. A aliança do Estado com a sociedade civil por meio das Conferências Nacionais de Educação e todo o processo de debates que este mecanismo engendra, se levado com seriedade pelo poder público, pode permitir um grande passo rumo a uma escola que respeite e transforme para melhor a realidade dos sujeitos e das comunidades para que serve.

Referências

- ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. **Neoliberalismo autoritário no Brasil**. Caderno CRH, Salvador. v 34, p.1-25, 2021.
ARROYO, Miguel G. **Vidas Ameaçadas**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2019

BARTOLOZZI, Eliza; ELLEN, Sue. **Atual política neoliberal de militarização da escola pública no Brasil**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 29, n.3, p.302-320, set./dez., 2020.

BORON, Atílio. **Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia? RJ: Vozes; Buenos Aires: Clasco; RJ: UFRJ, 1999. pp 7 – 67.

BORTOLINI, Alexandre. **Militarização das escolas e avanço reacionário: uma perspectiva de gênero**. Revista Diversidade e Educação, v. 9, n. 2, p. 92-119, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 07 maio 2024.

BRASIL. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Decreto n. 10.004, de 5 set. 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf>. Acesso 12 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. 1. ed. 2020. Disponível em: <<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/respostapedidoecimfinal.pdf>>. Acesso 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Estado da Bahia. **RECOMENDAÇÃO Nº 04/2019/PRDC/BA/MPF**. Ilhéus, Bahia, 2019. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/wp-content/uploads/2019/09/a-militarizacao-da-rede-de-ensino-e-o-fator-boquinha-por-luis-nassif-recomendacao-04-2019-prdc-ba-mpf.pdf>> Acesso em: 12 de abr. 2024.

BRASIL. **Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares** - Pecim em 2020. Portaria n. 2.015, de 20 nov. 2019. Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_2015_20112019.pdf>. Acesso 12 ago. 2022.

CARA, D.; SANTOS, C. A. . **Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio**. In: Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, José Carlos Miguel, Stela Miller e Érika Christina Köhle. (Org.). (De)formação na escola: desvios e desafios. 1ed.SAO PAULO: Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC - Campus de Marília, 2020, v. 1, p. 167-190.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**. São Paulo, Todavia, 2018.

- COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.
- COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. New York: Zone Books, 2017.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular 2018.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. In: Cadernos CEDES vol.21 n°.55 Campinas/SP. Nov. 2001.p.30-41.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- NASCIMENTO DOS SANTOS, Nilson Carlos; FIAMENGUE, Elis Cristina. A falácia da “ideologia de gênero”: artimanhas neoliberais e o pânico moral para regulação de condutas. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 327–343, 2023. DOI: 10.56579/rei.v5i4.720. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/720>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábila; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. **Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - v. 35, n. 3, p.580 - 591, mai./ago. 2019.
- SANTOS, Catarina de Almeida. **“Sentido, Descansar, em Forma”:** Escola-Quartel e a Formação para a barbárie. Educ. Soc., Campinas, v. 42, e244370, 2021
- SANTOS, Catarina de Almeida; PEREIRA, Rodrigo da Silva. **Militarização e escola sem partido: duas faces de um mesmo projeto**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 23, p. 255-270, jul./out. 2018.
- SANTOS, Eduardo Junio Ferreira, ALVES Miriam Fábila. **Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional**. Cad. Pesqui, São Paulo, v.52, e09144, 2022.
- SANTOS, Graziella Souza dos. **O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015348, p.1-19, 2020
- SILVA, Michele Gomes da; CASTRO, Roney Polato de. **Relações de gênero, sexualidades e militarização das escolas públicas: disciplina, vigilância e silenciamento**. Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 258-277, maio/ago. 2021
- SILVA, Gabriela Tunes da. **Militarização Das Escolas Públicas: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais**. Câmara Legislativa do Distrito Federal, abril, 2019.

Militarizing for control: the neo-liberal and conservative offensive in Brazilian public education

Abstract: Controlling private lives, curtailing freedom of opinion, suppressing and marginalizing students who challenge established gender norms? Would these be some of the unconstitutional actions that guide the militarized methodology in Brazilian public schools? The present article aims to analyze this militarized methodology in schools and its symbiosis with the concept of neo-liberal education and advancement of religious neo-conservatism, fundamentalist. We consider how both instances operate and combine themselves with the ultimate purpose of banning, not only themes related to gender, sexuality, gender diversity in schools and in education plans, but also to undermine achievements of feminist and LGBTQIA+ movements. The methodology used for constructing the article makes use of a critical review, that includes official documents, articles broadcasted by the media, posts in social networks, among others. The following authors provide us with theoretical support, identifying the principal characteristics of neo-liberal and neo-conservative agendas: Atílio Boron (1999), Eloisa Höfling (2001), Luiz Carlos Freitas (2018), Graziella Santos (2020), Daniel Pereira Andrade, Mariana Côrtes and Silvio Almeida (2021). Based on analysis of the information found in the mentioned sources, it is possible to see how the discourses produced by both perspectives, neo-liberal and neo-conservative, overlap one another and are present in disputes regarding interference on educational public policies, substantiated by misleading narratives that instigate and create moral panics.

Keywords: Militarization of schools; Gender and sexuality; Neo-conservatism.

Recebido: 15/08/2023

Aceito: 16/05/2024